



A (IN)EFICÁCIA DAS GARANTIAS PROCESSUAIS-PENAIIS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO “LAVA-JATO”: CONSIDERAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS E PERCEPÇÕES ACADÊMICAS

Gabriel Antonio Roque¹, Gustavo Noronha de Ávila²

¹ Acadêmico do Curso de Direito, Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, Maringá-PR. Bolsista PROBIC- UniCesumar. gabriel.antonio.roque@outlook.com

² Orientador, Doutor e Docente do Curso de Direito, UNICESUMAR

RESUMO

Sabemos que o processo, como instrumento público de realização das vontades do cidadão, da sociedade e do Estado, almeja ser uma forma eficiente, teoricamente imparcial, viável e segura para a concretização da justiça, possuindo garantias e princípios às quais todos os atos estatais, sejam estes judiciais ou administrativos, deverão observar, sob pena de ilegitimidade e nulidade. A presente pesquisa objetivará um estudo acerca das garantias doutrinárias e constitucionais do processo e da base principiológica do Direito Processual Penal, aplicados e analisados à luz da popularizada “Operação Lava Jato”, investigação realizada pela Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público Federal e que já completa quase 2 anos e meio. Pretende-se, como metodologia, aliado ao estudo de caso, uma pesquisa abrangente das bibliografias disponíveis a respeito das garantias processuais, dos Sistemas Processuais Penais e do papel do juiz no processo, em conjunto com uma pesquisa de opinião e ao contínuo acompanhamento do noticiário a respeito da Operação, observando-se as múltiplas posições de especialistas acerca do tema. Através de coleta de dados, por meio de questionário aplicado aos alunos do Centro Universitário de Maringá – UniCesumar, pretende-se analisar a opinião dos futuros operadores do direito a respeito de inúmeras questões relacionadas ao tema, confrontando essa visão com a posição de acadêmicos de outros cursos de graduação. Pretende-se, assim, posteriormente à análise dos dados coletados e sistematizados em tabelas e gráficos, chegar à conclusão de que os acadêmicos do curso de Direito possuem uma visão muito mais apregoada à legalidade e a observância restrita de nossas leis positivadas, fato não se faria presente entre acadêmicos dos outros cursos de graduação. Espera-se também concluir que algumas garantias do réu, indispensáveis para o cumprimento do Devido Processo Legal e de princípios como o contraditório e a ampla defesa, em vários momentos são deixados de lado no desenvolvimento das investigações, em grande parte por conta de pressões populares e midiáticas, sob a justificativa de uma pretensão punitiva contra a corrupção e a impunidade, discurso extremamente em voga atualmente e que pode gerar riscos para a efetivação de um processo penal democrático e imparcial, que observe leis e princípios caros ao Estado Democrático de Direito. Além do que, ilegalidades e abusos na fase de investigação podem vir a comprometer todo o processo, como já aconteceu em alguns outros casos da história nacional recente, colocando em risco assim o futuro e os próprios efeitos da operação. O que se busca investigar é o papel e posição das garantias processuais no âmbito da Operação, bem como responder se “formalidades” e garantias devem sempre ser respeitadas irrestritamente, em uma análise conjunta entre “garantismo” e “eficientismo” penal.

PALAVRAS-CHAVE: garantias processuais; imparcialidade; operação Lava-Jato; sistemas processuais penais.